

CONSUÊLO CHAVES CONTREIRAS

**UM ESTUDO TEÓRICO-CRÍTICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O SEU
IMPACTO ECONOMICO NO PERÍODO DE 1994 A 2004 NO BRASIL**

SALVADOR

2005

CONSUÊLO CHAVES CONTREIRAS

**UM ESTUDO TEÓRICO-CRÍTICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O SEU
IMPACTO ECONOMICO NO PERÍODO DE 1994 A 2004 NO BRASIL**

Monografia apresentada no curso de graduação de
Ciências Econômicas da Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Arismar Sodré

SALVADOR
2005

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães – CRB5-960

C764

Contreiras, Consuelo Chaves.

Um estudo teórico-crítico da distribuição de renda e seu impacto econômico no período de 1994 a 2004 no Brasil/ Consuelo Chaves Contreiras.- Salvador, 2005.

51 p. il., graf., tab.

Monografia (Graduação em Economia) UFBA, 2005.

Orientador: Prof. Dr. Arismar Sodré

1. Distribuição de renda 2. Plano Real

CDD 339.21

Consuelo Chaves Contreiras

Um estudo teórico-crítico da distribuição de renda: o seu impacto econômico no período de 1994 a 2004 no Brasil

Aprovada em dezembro de 2005.

Orientador: _____

Prof. Dr. Arismar Sodré
Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Ubton José Argolo Nascimento

Tânia Maria Freitas Jesuíno dos Santos

GRADECIMENTOS

Agradeço a priori a Deus, que me deu força e paciência para a efetivação deste trabalho;

Ao meu pai e a minha mãe que me incentivaram e apoiaram em todos os momentos difíceis;

Ao meu marido pela paciência e colaboração quando necessária;

RESUMO

Para a efetivação deste trabalho foram utilizados dados secundários com a finalidade básica de analisar a visão dos teóricos da corrente do pensamento econômico quanto a distribuição de renda e como esta análise pode influenciar na compreensão do impacto econômico da renda no período de 1994 a 2004 quando ocorreu a implantação do Plano Real. Mesmo com uma melhora significativa na distribuição da renda no início da implantação do Plano Real, o Brasil ainda não conseguiu atingir o nível desejado de distribuição de renda e a busca por esta distribuição é uma opção pela justiça social e harmonia e não só pela dinâmica econômica. O maior instrumento distributivo está na garantia dos serviços sociais que incorporem os marginalizados. Ainda é possível reorientar a distribuição de renda no Brasil, mas para isso é necessário muito trabalho e uma análise histórica da distribuição de renda, para evitar os erros do passado.

Palavras-chave: Distribuição de renda; Plano Real.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	8
2.1	DAVID RICARDO	8
2.2	KARL MARX	15
2.3	ABORDAGEM DE ALGUNS AUTORES BRASILEIROS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	18
3	A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL A PARTIR DO PLANO REAL	25
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DÉCADA DE 90	25
3.2	A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL A PARTIR DO PLANO REAL E SUAS CONSEQUENCIAS SOCIAIS	30
4	OS DESAFIOS E AS ALTERNATIVAS PARA OBTENÇÃO DE UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	38
4.1	OS DESAFIOS A SEREM SUPERADOS	38
4.2	AS ALTERNATIVAS VIÁVEIS PARA OBTENÇÃO DE UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	41
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar o impacto econômico da renda no período de 1994 a 2004, ou seja, da implantação do Plano Real. O maior objetivo do Plano Real foi o controle da inflação, que funciona como mecanismo concentrador de renda, e apesar da queda nas taxas de inflação o Plano Real não conseguiu a descentralização da renda.

A distribuição de renda no Brasil e por que não dizer no Mundo, vem se tornando a cada dia mais injusta. Com a modernização, temos novas técnicas e conseqüentemente novas necessidades. Nos primeiros dezoito meses da implantação do Plano Real ocorreram resultados bastante positivos em várias frentes como: desinflação progressiva, aumento do nível de atividade, crescimento da renda e sua desconcentração e conseqüente redução da pobreza, contudo o mesmo não foi capaz de resolver o problema da distribuição de renda que se agrava a cada ano.

É necessário verificar onde ocorreu a falha e para isso torna-se essencial um estudo fundamentado através da teoria da renda, com base nos teóricos da corrente do pensamento econômico como David Ricardo, Adam Smith, Karl Marx e alguns autores brasileiros como Paul Singer.

O modelo de desenvolvimento dos anos 30 foi o de substituição de importações, o qual era caracterizado pela concentração de renda. Devido a crise da década de 80, tornou-se necessário a abertura da economia, a retirada do Estado do setor produtivo, entre outras medidas que tinham como objetivo a redução da inflação. Neste período as empresas buscaram ganhos de produtividade e aumento da qualidade. Da mesma forma restabeleceu-se o financiamento externo à economia brasileira aumentando a poupança externa para financiar um novo ciclo de desenvolvimento.

O Plano Real apesar de melhorar os níveis de inflação não consegue resolver o problema da distribuição de renda. Em um país que apresenta elevados índices de concentração da renda e da riqueza, a estabilização monetária não poderia, por si só constituir na solução do problema da desigualdade social e pobreza.

Com a estabilização gerada no Plano Real as perdas salariais foram menores assim como a recuperação do salário mínimo e o endividamento das famílias. A demanda agregada se elevou aumentando o nível de consumo principalmente dos bens duráveis.

A metodologia utilizada neste trabalho é o método dedutivo, pois será analisado o pensamento dos principais teóricos da economia sobre a distribuição de renda para se avaliar qual a melhor forma para uma melhor distribuição de renda. Quanto ao método de procedimento ou específico foi utilizado o método explicativo bibliográfico.

A organização deste trabalho se dará em três capítulos, além da introdução e da conclusão. *O primeiro capítulo* expõe o pensamento de David Ricardo referente a problemática da distribuição de renda, com alusão ao pensamento de Adam Smith. Também será apresentada neste capítulo a teoria de Karl Marx sobre a distribuição dos fatores de produção na sociedade capitalista e o pensamento de alguns autores brasileiros sobre a mesma problemática. *O segundo capítulo* explana a contextualização histórica da distribuição de renda no Brasil da década de 90 e analisa a distribuição de renda nas principais regiões metropolitanas do Brasil a partir do Plano Real e suas conseqüências sociais mais marcantes. *O terceiro capítulo*, enumera e analisa os desafios e as alternativas para obtenção de uma melhor distribuição de renda, além de apresentar as alternativas viáveis para uma melhor distribuição de renda.

A redução da desigualdade, ou melhor, distribuição de renda, só pode ocorrer quando esta for objetivo ético e político. O caminho está não somente nos salários, mas na distribuição da propriedade da terra, assim como na garantia dos serviços sociais que incorporem os marginalizados, na universalização ao atendimento médico, da escola integral, o saneamento, a construção de habitações populares e um grande programa de emprego, para que todos tenham fonte de renda.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A problemática da distribuição de renda precisa ser fundamentada nos teóricos da corrente do pensamento econômico como David Ricardo, Adam Smith, Karl Marx e alguns importantes autores brasileiros como Paul Singer.

2.1 DAVID RICARDO

Para falar sobre o pensamento de David Ricardo se faz necessário analisar a escola clássica que nasceu na Escócia em 1723, cujo fundador foi Adam Smith.

Adam Smith foi criado por sua mãe viúva, comissário da alfândega em Edimburgo de 1778 até 1790, ano de sua morte. Seu talento natural, unido às suas experiências educacionais na Faculdade de Glasgow e na Faculdade de Balliol em Oxford possibilitaram-lhe produzir o grande trabalho criativo que é “A Riqueza das Nações”.

No final do século XVIII, na Inglaterra, o empresário-capitalista já contratava mão-de-obra negociada freqüentemente através de sociedade comercial. A agricultura ainda era a atividade mais importante em consequência as classes rurais ainda se achavam em superioridade. Grandes passos técnicos já haviam sido dados, particularmente nas indústrias têxtil e metalúrgica, passos que brevemente dariam surgimento à Revolução Industrial. A Inglaterra tinha passado seu período mais exagerado de protecionismo e seu comércio exterior estava demarcando grande progresso, à medida que extraordinárias companhias de comércio das décadas passadas iam perdendo vantagens. Não obstante, as restrições ainda eram muitas e custosas, especialmente no que tange às colônias, e havia chegado o momento da revolta. A Inglaterra da época de Adam Smith era basicamente mais comercial e agrícola do que industrial. Mas não passariam muitas décadas antes que despontasse a Revolução Industrial.

O período era de alteração nos relacionamentos sociais e políticos. Na Inglaterra, a idéia do liberalismo já era conhecida, também já se conhecia a natureza da moeda e da determinação do juro, além da importância do livre comércio. Foi neste contexto social, econômico e político que os temas centrais do liberalismo clássico se fixaram no

pensamento econômico mundial, trazendo a posteriori David Ricardo como um de seus maiores expositores.

Segundo os ideólogos do liberalismo clássico sobre a natureza humana, todo homem é egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista. Os filósofos complementavam ainda que as ações humanas são motivadas pelo anseio de alcançar prazer e evitar a dor.

Para os ideólogos do liberalismo clássico, a razão era responsável por analisar as opções que determinada situação colocava para que a escolha recaísse sobre a que oferecesse o maior prazer e a menor dor.

A idéia de que o ser humano é essencialmente inerte parte da noção de que a busca do prazer e a rejeição a dor constituem as únicas motivações do homem. Se os indivíduos não se deparassem com atividades que lhes proporcionassem prazer, ou se não temessem a dor, ficariam destinados à inércia e à imobilidade, ou seja, permaneceriam indolentes.

Essa doutrina propiciou a difusão da crença de que os trabalhadores eram preguiçosos e que neste caso só uma grande recompensa ou o pavor da fome e de outras privações poderia obrigá-los a trabalhar.

Em contrapartida os liberais clássicos acreditavam que os homens de “posição superior” eram motivados pela ambição. Para garantir a cooperação da “elite”, os liberais clássicos acreditavam que o Estado necessitava permitir prioridade à proteção da propriedade privada.

A divisão do trabalho formava a base mais importante da doutrina econômica do liberalismo clássico. Um dos princípios fundamentais do liberalismo clássico era que o egoísmo era inato ao homem e que este deveria dispor de liberdade para dar vazão a seus impulsos egoístas.

Em um mercado livre onde os produtores devido ao desejo egoísta de conseguir mais lucros concorreriam entre si para adquirir o dinheiro dos consumidores, desse modo o capital e o trabalho seriam investidos da forma mais produtiva devido ao próprio

mercado, garantindo a produção dos gêneros necessários e desejados pelos consumidores. Além disso, o mercado obrigaria os produtores a aperfeiçoar constantemente a qualidade de seus produtos e a organizar a produção da forma mais eficiente e menos onerosa possível. Todas essas ações benéficas seriam a decorrência direta da concorrência entre homens egoístas, cada qual agindo em seu próprio interesse.

Segundo Adam Smith, o mercado agiria como uma “mão invisível” direcionando as motivações egoístas e interesseiras do homem para atividades mutuamente complementares, que promoveriam de forma harmoniosa o bem-estar de toda sociedade.

Em uma economia capitalista de mercado, a falta de coerção resultaria a maximização do bem-estar individual e do bem-estar de toda a sociedade.

O crescimento da produtividade seria maior se o processo de produção das mercadorias fosse dividido em etapas ou estágios. Desta forma, uma divisão de trabalho cada vez mais complexa pediria acumulação de capital sob a forma de ferramentas/equipamentos, fábricas e dinheiro. Além disso o capital disporia dos salários para a manutenção dos trabalhadores durante o período de produção, antes de o produto ser vendido no mercado.

A origem da acumulação do capital se dava através dos lucros detidos com a produção. Enquanto a demanda se mantivesse elevada para absorver quantidades de produtos superiores às quantidades produzidas, os capitalistas permaneceriam investindo seus lucros com o propósito de expandir seu capital, o que acarretaria numa divisão de trabalho cada vez mais complexa. A ampliação da divisão do trabalho permitiria índices maiores de produtividade, aumento de salários, lucros, acumulação de capital. A regulamentação governamental da economia ou a imposição de quaisquer restrições que restringissem a liberdade do mercado teria apenas o efeito de provocar a retração da procura e de interromper o processo de acumulação de capital antes do tempo devido.

As doutrinas econômicas do liberalismo clássico consideravam o Estado ou o Governo, um mal aceitável apenas quando não houver outra forma de evitar um mal maior. Os liberais não condenavam nenhum governo em particular, mas sim os governos em geral.

A maneira como os liberais clássicos interpretaram a teoria de Adam Smith a respeito das funções do Estado demonstrou a sua aceitação aos atos de um governo paternalista desde que beneficiassem os capitalistas. Verificou-se então que a filosofia liberal clássica do “Laissez-Faire” condenava a interferência governamental nos assuntos econômicos somente quando esta prejudicava os capitalistas, mas acolhiam interferências nos assuntos econômicos desde que estabilizassem os negócios e aumentassem as possibilidades de lucro. David Ricardo, um dos maiores expoentes da Escola Clássica do Pensamento Econômico, é quem melhor caracteriza o problema da distribuição dentro de uma economia capitalista. Por este motivo é relevante fazer referência ao seu pensamento.

David Ricardo nascido na Inglaterra em 1772 tornou-se um dos maiores expoentes da Escola Clássica de sua época. Em 1799, inspirado pela obra de Adam Smith, “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776, David Ricardo volta as suas inquietações acadêmicas para a situação pela qual a Inglaterra, nação basicamente agrícola, vinha passando. Aqui vale destacar a importância deste livro para todo o pensamento econômico.

“A Riqueza das Nações” está dividida em introdução, onde fica estabelecido o plano do autor, cinco livros e um apêndice. O livro I é “Das causas da melhoria nos poderes produtivos da mão-de-obra, e da ordem de acordo com a qual o produto é naturalmente distribuído entre as diferentes categorias de pessoas”. O livro II é “Da natureza, acumulação e emprego de estoque”, e o livro III é “Do progresso diferente em diferentes nações”. Estes três primeiros livros são uma apresentação de princípios econômicos. Já o livro IV, “Dos sistemas de economia política” e o livro V, “Da receita do soberano ou da comunidade”, levam Adam Smith à área da economia política.

Para o presente trabalho de pesquisa é essencialmente importante citar a teoria da produção de Adam Smith, sobre a natureza e as fontes da riqueza e sobre a divisão do trabalho.

Sobre a natureza e as fontes da riqueza, Smith diz: “O trabalho anual de cada nação é o fundo que originalmente a supre de todas as coisas necessárias e convenientes à vida que anualmente esta consome, e que consiste sempre no produto imediato do

trabalhador, ou no que é adquirido com tal produto às outras nações”.(RIMA, 1987, p. 103). Devido a esta afirmação Smith iniciou seu estudo sobre a natureza e as causas das riquezas das nações.

Sobre a divisão do trabalho, Adam Smith no livro I passa a questionar de que modo podem ser ampliados os poderes produtivos do trabalho. Neste livro, Adam Smith diz que o trabalho é mais eficaz quando se aplica a sua divisão.

Foi observado por Smith que a divisão do trabalho ampliava a agilidade de cada trabalhador, economizando tempo e estimulando a invenção de dispositivos para economia de mão-de-obra, acarretando um aumento na quantidade de trabalho executado por uma determinada quantidade de pessoas. Devido à divisão do trabalho que Adam Smith atribuiu os padrões de vida relativamente altos que predominavam durante sua época até mesmo para classes mais baixas.(RIMA, 1987, p.105).

Na Inglaterra o preço do pão tornou-se alvo de grandes debates, porque com o aumento da população a Inglaterra já não era capaz de produzir o suficiente para alimentar a todos e a introdução da maquinaria e da industrialização não iriam resolver o problema. David Ricardo estimulado pela questão da moeda publicou seu primeiro artigo no “Morning Chronicle” sobre a elevação do preço do mercado de ouro e prata em barras e a queda da taxa de câmbio. Como a reação ao seu trabalho foi favorável, ele resolveu publicar seu estudo num trabalho cujo título era: “O Alto Preço dos Metais Preciosos: Uma prova da Depreciação das Notas Bancárias”. Em 1815, publicou o “Ensaio sobre a Influência de um Baixo Preço do Trigo sobre os Lucros do Estoque” sobre o livre comércio de cereais e, em 1816, o seu “Propostas para uma Moeda Econômica e Segura com Observações sobre os Lucros do Banco da Inglaterra” contribuindo para a literatura sobre moeda e sistema bancário da época.

Em 1820, contribuiu com um suplemento para a Enciclopédia Britânica sobre o sistema de empréstimos consolidados e, em 1822 o seu trabalho sobre “Proteção à Agricultura” colocou-o como um dos principais economistas políticos de sua época. Ao abordar o pensamento de David Ricardo neste trabalho de pesquisa, destaca-se a análise à tendência das proporções da repartição do produto entre as três classes sociais -

capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra - que está intimamente ligada ao progresso econômico.

A análise teórica feita por Ricardo tinha objetivo principal o problema da distribuição. É de suma importância lembrar que esta abordagem foi realizada dentro de um contexto de economia isolada, que não importava outros produtos agrícolas.

Sua principal preocupação foi a determinação da renda da terra, dos salários e dos lucros e sua tendência futura. A doutrina da renda da terra é o ponto mais importante da teoria da distribuição de Ricardo que a identifica como um diferencial que surge em solos superiores. O seu surgimento está associado diretamente à lei do crescimento da população e à incapacidade de aplicações adicionais de trabalho e capital às terras privilegiadas, a não ser em rendimentos decrescentes. Ricardo, com base nestes princípios, formula uma nova teoria para eles. Mesmo não fazendo nenhuma alusão à possibilidade de melhoria na agricultura, ele concluiu que a redução progressiva da fertilidade da terra estaria diretamente ligado à elevação dos preços dos alimentos e conseqüente rendas em ascensão. Portanto, a receita destinada aos proprietários de terra irá aumentar, à medida que o valor de troca dos produtos da terra aumentar em relação aos bens manufaturados (RIMA, 1987, p.167).

A hipótese da renda da terra ser um excedente diferencial e não renda produzida pelo esforço do trabalho trouxe implicações anti-sociais, que Ricardo através da discussão sobre uma possível tributação desta renda, faria com que esta recaísse somente sobre os proprietários de terras, não sendo transferida a qualquer classe de consumidores, impondo-lhe limites.

A questão dos salários está diretamente ligada à renda da terra, pois que esta é a quota de renda recebida pela mão-de-obra. O total disponível para pagar todos os assalariados é o equivalente ao fundo salarial, portanto o salário do trabalhador é determinado pelo tamanho do fundo salarial e pela quantidade de trabalhadores a serem pagos.

Em curto prazo, as adições de capital ao fundo salarial não podem ser feitas, a não ser como resultado de poupanças da classe capitalista. Já em longo prazo, pode haver nova formação de capital e conseqüente adição ao fundo salarial. Entretanto, havendo um

crescimento contínuo da população, a renda em salários reais do trabalhador tenderá sempre ao nível de subsistência.

Ricardo julgava que os lucros e os salários sempre variam inversamente entre si. O lucro foi definido por Ricardo como sendo o total de renda líquida recebida pelo empresário. A taxa de lucros depende da taxa de salários. O trabalhador deve receber o suficiente para sua subsistência e o restante deve ser repassado para o capitalista em forma de lucro. Enquanto esta taxa de lucros for suficiente para permitir aos empresários poupar e investir, o montante do fundo salarial aumentará, facilitando a manutenção de uma oferta de mão-de-obra crescente. (RIMA, 1987, p.170).

O aumento continuado da população que recorre a terras inferiores para obter seu sustento, leva a taxa de crescimento da renda nacional à redução, ao mesmo tempo em que o custo do trabalho da produção aumenta. Da mesma forma, a quota que vai para a renda da terra aumenta juntamente com o salário nominal, levando a taxa de lucros a níveis tão baixos que não será possível nem incremento de capital e nem de produção. Esta situação é descrita por Ricardo como “estado estacionário” em que não há crescimento nem de capital e nem da população. Com a taxa de lucros no mínimo não é possível que os empresários continuem a investir na economia.

Diante do que foi exposto, a análise de Ricardo sobre a distribuição e repartição da renda é fundamental para o entendimento da distribuição de renda como um todo, mas ela deixou a desejar na análise das possíveis conseqüências sociais e do impacto que estas possam ter sobre as diversas classes da sociedade.

2.2 KARL MARX

Filho de advogado, Karl Marx, nasceu na Alemanha em 1818. Aos 17 anos lecionou Direito na Universidade de Bonn, após um ano transferiu-se para a Universidade de Berlim onde foi fascinado pela Filosofia e História e acabou se tornando um ateu e materialista declarado.

Karl Marx tornou-se editor de um jornal patrocinado por empresários moderadamente liberal na Colônia “Rheinische Zeitung”. Neste ínterim, seu fascínio voltou-se para questões sociais e econômicas e após um ano resolve mudar-se com a esposa para Paris onde acreditava que poderia dar vazão a suas idéias. Lá fez contanto com as idéias revolucionárias, socialistas e comunistas que o fizeram um estudioso de História, Política e Economia.

Foi neste período que conheceu seu amigo e colaborador Friedrich Engels, que o pôs em contato com socialistas ingleses. Após sua estada em Paris, Karl Marx foi expulso da França a pedido do governo Prussiano e mudou-se para a Bélgica. Neste período ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Alemães e em parceria com Engels, escreveu o conhecido “Manifesto Comunista”. Este manuscrito expunha a base teórica do comunismo, uma crítica aos socialistas utópicos e um programa de metas e métodos socialistas para sua consecução.

Em 1848 Karl Marx foi expulso da Bélgica devido aos conflitos revolucionários na Europa retornando a Paris e, por curto espaço de tempo, à Alemanha. Morou em Londres até sua morte. Em 1867 publicou o primeiro volume de O Capital, os outros dois volumes foram escritos por Engels com base em redações e notas de Karl Marx.

Em suma a teoria econômica de Karl Marx está voltada para a análise da produção e, principalmente, da distribuição dos fatores de produção e seus produtos. Para entender seu funcionamento é importante explicar o seu pensamento sobre a doutrina socialista.

Karl Marx acreditava piamente no socialismo e esta crença se baseava em estudos profundos das leis de funcionamento do capitalismo, conhecido como materialismo histórico.

Para determinar a direção geral em que se movimentam os sistemas sociais, Karl Marx procurou simplificar as relações de causa e efeito que as interligavam. A estrutura de classes da sociedade era o aspecto mais importante do modo de produção, o antagonismo entre as classes era a força motriz da História.

Para Marx, o modo de produção era contido por dois elementos: as forças produtivas representadas pelas ferramentas, fábricas, equipamentos, o conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos pela força de trabalho, os recursos naturais e tecnológicos; e as relações de produção, de propriedade ou não propriedade, que cada classe de homens estabelecia entre os meios de produção, resultando em uma determinada repartição dos produtos da atividade produtiva. Karl Marx chamou o modo de produção de base ou infra-estrutura e de superestrutura a ética, as leis, os costumes e as instituições sociais.

Foram identificados por Marx quatro modos distintos de produção: o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo. Em cada um deles existia um único modo de produção, de força produtiva e de relações de produção. Para satisfazer a demanda da sociedade às forças produtivas se modificavam sem alterar, contudo as relações de produção. Desta forma ocorriam conflitos e tensões que quando não eram mais possível suportar, colocava abaixo o sistema antigo instaurando um novo que fosse compatível com as forças produtivas transformadas, dando origem a novas relações de classe. Portanto, em todo modo de produção, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção se manifestam através de lutas de classes, a eterna batalha entre os detentores da maior parte das riquezas e os que são explorados e controlados por ela. Karl Marx achava que o capitalismo seria o último modo de produção baseado na luta de classes.

Na visão dos capitalistas, os salários eram uma despesa de produção que seria acrescentada ao custo das matérias-primas e da maquinaria. O trabalho transformou-se em uma mercadoria como as demais adquiridas pelos capitalistas e para comercializar sua força de trabalho, os trabalhadores, tinham que se limitar às condições do mercado. Ao mesmo tempo, o produto do trabalho que foi transformado em propriedade do capitalista, tornou-se um objeto independente e exterior à vida do trabalhador. A isto Karl Marx chamou de “alienação” porque as oportunidades e condições de trabalho

passaram a ser determinadas por um pequeno número de capitalistas em função dos lucros e não pelas necessidades e aspirações humanas.

Karl Marx analisou a relação entre capital e trabalho, devido à existência da oposição entre ambos. No primeiro capítulo de *O Capital* ele define mercadorias como objetos destinados à troca e analisa o valor de troca entre as mercadorias.

Tanto para Karl Marx como para David Ricardo, o valor de troca de uma mercadoria era baseado no tempo de trabalho necessário para produzi-la. Por este motivo a teoria de Karl Marx ficou conhecida como a do valor-trabalho. Inicialmente descreve o modo de produção pelo qual o capitalista adquiria os meios de produção e a força de trabalho, afirmando que ao final do processo de produção, o capitalista vendia as mercadorias por uma quantia superior à que investia na sua produção e chamou de mais-valia a essa diferença que origina os lucros capitalistas. Contudo, o tempo médio dispensado na produção era maior do que aquele necessário para obter seu salário de subsistência, e o tempo excedente era apropriado pelo capitalista. A isto Karl Marx chamou de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas (HUNT;SHERMAN,1999, p.97)

No processo de acumulação de capital, os empresários obtinham lucros reinvestiam a maior parte no sentido de ampliar o seu capital e obter maiores lucros e tornava a reinvesti-los novamente, ou seja, o capital proporcionava lucros que por sua vez proporcionava mais capital. Uma vez feita a acumulação inicial, a necessidade de acumular mais capital se torna a força motriz do sistema capitalista. Todo seu poder político, econômico e social depende do volume de capital que possuía.

Karl Marx divide a economia capitalista em dois setores o que produz bens de consumo e o que produz bens de capital. Se a demanda dos consumidores estiver em baixa, os capitalistas seriam obrigados a reduzir suas expectativas de lucros, da mesma forma seriam obrigados a desistir de ampliar suas instalações produtivas reduzindo a procura por bens de capital. Esta redução acarretaria uma retração na produção de bens de capital obrigando os empresários a demitir trabalhadores, provocando queda no valor global dos salários, na renda nacional e no mercado consumidor. Devido a este fato haveria corte na produção de bens de consumo e demissão de trabalhadores do setor,

baixando mais ainda salários e rendas e agravando o excesso de bens de consumo no mercado, o que resultaria em um colapso econômico (HUNT;SHERMAN,1999, p.101)

Desta forma aumentaria a oferta de mão de obra o que resultaria na redução do padrão de vida do assalariado ao nível ou abaixo do nível de subsistência. Contudo segundo Karl Marx os salários cair mas não tão rapidamente quanto à produção. Depois de certo período, a oferta voltaria a ser inferior à demanda e iniciar-se-ia a recuperação da economia. Karl Marx achava que o capitalismo cresce atravessando ciclos de prosperidade e em seguida de recessão com crises periódicas de desemprego.

A acumulação de capital acarretaria a concentração da riqueza e do poder econômico nas mãos de um número pequeno de capitalistas, tornando-os cada vez mais fortes. Deste processo emergiam empresas cada vez maiores que eram controladas por um número cada vez menor de capitalistas, aumentando o abismo entre as classes sociais.

Da mesma forma em que a concentração de capital aumenta, o padrão de vida do trabalhador pioravam. Na “doutrina da miséria crescente”, Karl Marx diz que as condições de vida do trabalhador cairiam conforme a riqueza dos capitalistas aumentasse, até o dia em que os operários não mais agüentassem tornando a revolução seria inevitável. Para Karl Marx, o socialismo só seria possível através de uma revolução. (HUNT;SHERMAN,1999, p.102)

2.3 ABORDAGEM DE ALGUNS AUTORES BRASILEIROS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Paul Singer, economista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP, a pergunta principal que os economistas têm colocado é como o desenvolvimento econômico capitalista afeta a repartição de renda.

Supondo-se que o grau de desenvolvimento é dado pela renda per capita, fica demonstrado que na maioria dos casos países de renda per capita muito baixa e muito alta renda, têm renda menos concentrada do que os países que estão em posição intermediária como o Brasil. Interpretando estes dados pode-se chegar à seguinte conclusão: um país não totalmente desenvolvido é essencialmente agrário com uma

população de camponeses de renda muito baixa. Os ricos são poucos e não muito ricos, o que origina uma distribuição pouco concentrada. À medida que o país se desenvolve, uma parte da população migra para as cidades, onde alguns conseguem subir de posição na pirâmide de estrutura de classes passando a perceber uma renda mais elevada. Com isto a renda global cresce e se torna mais concentrada, porque a maioria continua no campo com renda muito baixa. Durante esta fase que pode durar décadas, os benefícios do desenvolvimento seriam usufruídos por apenas 5 ou 10% mais ricos da população. Num estágio mais avançado da industrialização, o desenvolvimento acaba por alcançar o resto da população, tornando novamente a renda menos concentrada.

Esta teoria justifica a concentração de renda como um fenômeno passageiro, que não leva em consideração os processos econômicos, sociais e políticos que regem a distribuição de renda, já que estes processos são diferentes em cada país.

Para Singer, o eixo que estrutura a repartição de renda no sistema capitalista é a partilha do produto social entre capital e trabalho, ou seja, a repartição do valor criado entre salários e lucro bruto.

Sua atenção está voltada para a distribuição de renda ou produto entre o capital e o trabalho. O determinante desta repartição é o montante de salários, o qual, deduzido do produto, deixa como resíduo nas mãos dos capitalistas o lucro bruto. Portanto, é preciso entender as leis que regem a determinação do salário global como parcela do produto social. Para isto deve-se observar que os trabalhadores, em empresas de certo porte, compõem equipes de trabalho dentro das quais impera uma rígida divisão do trabalho. A produtividade de cada trabalhador depende do ritmo de produção da equipe inteira, não fazendo sentido medi-la individualmente. Também não se deve esquecer que os níveis de salários variam amplamente dentro das equipes de trabalho. Os trabalhadores mais qualificados ganham quantias muito mais elevadas, oferecendo à empresa a mesma quantidade de força de trabalho. Logo, se a produtividade de cada categoria de trabalhador não pode ser medida separadamente, as diferenças de salário não podem ser devidas a diferenças de produtividade.

Na prática, o que se verifica é a seguinte situação: as empresas estabelecem suas escalas de salários e ordenados. Existem entidades patronais onde empresas do mesmo ramo

trocam informações sobre quanto pagam a diferentes categorias de empregados e com isto tendem a uniformizar os pagamentos.

Existe também uma “Avaliação de Cargos”, mediante a qual o esforço e a responsabilidade do trabalho são avaliados. Mas na realidade, a escala de salários não tem nada de objetiva, refletindo as relações de força entre a burguesia gerencial e o proletariado. Quando os sindicatos operários são impedidos de participar da barganha salarial, a burguesia gerencial tende a abrir o leque de salários, mantendo a remuneração dos trabalhadores ligados diretamente à produção muito baixa e elevando o pagamento do pessoal administrativo e técnico.

Esta situação muda quando os sindicatos de trabalhadores têm força para obrigar as empresas a negociar a escala de salários. A grande maioria dos trabalhadores encontra-se nos patamares mais baixos desta escala. E os sindicatos lutam pela elevação do piso salarial e como o valor a ser repartido entre burguesia e proletariado é finito, o aumento dos salários menores reduz os ordenados mais altos.

Diante do exposto, Singer preocupa-se em explicar a distribuição de renda sob o ponto de vista das mudanças nas estruturas de classes da sociedade capitalista e da relação entre o desenvolvimento econômico e a repartição de renda.

Já para Reis e Barros, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (CAMARGO, 1991, p. 69), a concentração de renda no Brasil, avaliada através de pesquisas do IBGE, pode menosprezar a real centralização devido a subdeclaração de rendas originadas de outras fontes que não trabalho, as quais se conjecturam serem mais centralizadas. Do total da renda declarada tanto nos censo demográficos como na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), algo entre 85 e 90% procedem do trabalho, compreendendo-se aí os salários, o rendimento dos trabalhadores autônomos e o prolabore dos empregadores.

Para estes economistas, a diferença salarial no Brasil é superior a desigualdade dos rendimentos do trabalho, uma vez que a duração da jornada de trabalho pende a ser maior entre os trabalhadores de baixa renda, resultando que a análise da desigualdade de

renda não pode acontecer sem um grande estudo no que tange ao alto estágio de desigualdade dos salários reais.

Verificando o mercado de trabalho pode-se estimar que os trabalhadores contêm dotações de uma totalidade de faculdades umas consideradas produtivas, outras não, e que as empresas remuneram os trabalhadores na razão direta e valoram tais faculdades. Se todos os trabalhadores possuíssem dotações idênticas e se todas as empresas valorassem igualmente, não haveria desigualdade salarial. Já que ela existe, é imprescindível que os trabalhadores sejam distintos, ou as empresas valorem de forma distinta as faculdades, ou ambos.

A relação entre heterogeneidade dos trabalhadores quanto à dotação de atributos produtivos e desigualdade salarial envolve quatro questões. A primeira é até onde a desigualdade salarial é consequência dessa heterogeneidade da força do trabalho; em segundo lugar está a determinação de quais atributos são causadores da desigualdade salarial; terceiro, em que medida a contribuição de um atributo para desigualdade decorre de sua má distribuição na população ou do fato de pequenas diferenças no atributo estarem sendo altamente valorizadas pelas empresas e por último, resta saber para efeitos de uma política redistributiva, até que ponto a valorização dada a estes atributos é sensível a alterações na distribuição dos atributos.

Ao avaliar a importância da heterogeneidade dos trabalhadores sobre a desigualdade salarial é comum decompor a desigualdade global em dois componentes: um associado à desigualdade entre as médias salariais de grupos homogêneos com respeito a um conjunto de atributos observáveis e o outro associado à desigualdade dentro desses grupos homogêneos.

A contribuição de um dado atributo para a desigualdade salarial é determinada pela interação de dois fatores: sua distribuição na população e a magnitude dos diferenciais entre os salários médios dos grupos. Quanto mais desigualmente distribuído estiver um atributo e quanto maiores forem os diferenciais entre salários médios de grupos homogêneos, maior será sua contribuição para a desigualdade.

Esses diferenciais assumem duas formas. A primeira refere-se a postos de trabalho idênticos que pagam salários distintos para trabalhadores igualmente produtivos. A isto chama-se discriminação pois os trabalhadores estão sendo diferenciados com base em atributos não produtivos. Por último, existem casos de trabalhadores idênticos que ocupam postos de trabalho, valorizando seus atributos de forma distinta. Neste caso, diz-se que o mercado de trabalho está segmentado.

Sobre discriminação ficou evidenciado após várias análises dos diferenciais salariais por sexo e cor, que se trabalhadores destes dois grupos forem comparados, os diferenciais persistem o que sugere critérios distintos na determinação dos salários. Já para a segmentação, há duas razões comumente citadas para que ela exista: aspectos institucionais, como ação do sindicato e o efeito da legislação trabalhista, a heterogeneidade das empresas no que se refere a tecnologia, tamanho, origem do capital etc.

Entre os indicadores da segmentação está a posse da carteira de trabalho. Supõe-se que nos postos com carteira de trabalho, os trabalhadores possam ter acesso a uma série de vantagens pecuniárias e não pecuniárias que não obteriam sem este vínculo legal. Vale ressaltar que os postos de trabalho sem carteira constituem-se em uma expressiva fonte de absorção de mão-de-obra, tendo crescido nos últimos anos em termos relativos no Brasil.

Portanto, só uma política distributiva que levasse em consideração tais critérios de diferenciação salarial, poderia melhorar o panorama da distribuição de renda no Brasil.

Para os professores da EPGE/FGV, Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Leal e Sérgio Ribeiro Werlang (CAMARGO,1991, pág. 83) , um dos principais fatores determinantes da distribuição de renda é o fator educacional, ou seja, o grau de instrução do indivíduo, já que uma pessoa instruída teoricamente recebe salário maior que uma não instruída. E conseqüentemente cada ano a mais dispensado à educação transformará a pessoa em mão-de-obra mais valiosa.

Do ponto de vista econômico, é a escolha do indivíduo que determinará seu grau de instrução e este grau de instrução é um dos principais fatores determinantes de sua

renda. Para isto deve-se levar em consideração a taxa de retorno pessoal da decisão de estudar um ano a mais. Do lado dos custos o componente mais importante é o salário que seria ganho caso entrasse imediatamente no mercado de trabalho. A esse custo deve-se somar o valor pago pelo ano extra de estudos. Pelo lado dos benefícios está a renda que o indivíduo auferir após um ano adicional de estudo. Ele decide então parar de estudar ou continuar, dependendo da taxa de retorno do fluxo de pagamentos e recebimentos. Para calculá-la basta verificar o acréscimo percentual de renda que um ano a mais de estudo propicia. O indivíduo pára de estudar se esta taxa for inferior ao esperado.

Como foi observado, a educação altera a renda dos indivíduos e faz-se necessário discutir o papel do governo no sistema operacional. De acordo com os autores tudo o que é gasto pelo setor público é financiado pela sociedade, seja através da cobrança de impostos, geração de dívida pública ou inflação. Portanto, existe a necessidade de saber se seria necessária uma intervenção governamental, uma vez que as escolas privadas existentes poderiam, a princípio, prover os mesmos tipos de serviços. A provisão pública só seria justificada caso o setor privado não pudesse fazê-lo de modo eficiente.

No caso da educação, o mercado privado não está disposto a fornecer crédito pessoal para financiamento educacional, causando a saída prematura do ensino formal, notadamente das pessoas que não podem contar com a família para o sustento próprio. O que seria suficiente para justificar um programa de crédito educativo patrocinado pelo governo.

O problema reside no fato de existir em educação o que se chama externalidade positiva. Uma externalidade ocorre quando a ação de um indivíduo interfere no bem-estar dos outros. Uma pessoa instruída não utiliza o seu conhecimento só em benefício próprio, mas também transfere parte do que aprendeu para pessoas que convivem com ela, beneficiando-se também do seu nível de instrução. Isso faz com que o valor de um ano adicional de ensino seja mais significativo para a sociedade, que o valor do acréscimo de renda de um único indivíduo.

O efeito dessa externalidade positiva torna ineficiente a solução pelo setor privado do problema de provisão de educação, já que o indivíduo não estaria disposto a pagar mais

do que o valor do acréscimo na sua renda que resulta dessa instrução adicional. Por outro lado, o proprietário do estabelecimento de ensino não estará disposto a prover mais educação do que o indivíduo pagou para obter. Logo, o setor privado ofereceria menos instrução para a sociedade do que seria desejável, justificando alguma intervenção governamental, recolhendo impostos para subsidiar o setor privado ou para prover serviços educacionais adicionais ao setor privado. Entretanto, o setor público tem gasto de maneira desigual, estimulando a deterioração da distribuição de renda, causando transtornos ao setor privado. Portanto, com objetivo de melhorar a distribuição da renda é necessário adotar medidas de maior racionalidade dos gastos e das políticas públicas, bem como melhorar a distribuição dos recursos destinados à educação.

3 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL A PARTIR DO PLANO REAL

Um aspecto importante da desigualdade da renda no Brasil está relacionado com a desigualdade da renda regional, com a implantação do Plano Real houve uma melhora no padrão de distribuição de renda nas principais regiões Metropolitanas.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA DÉCADA DE 90

A década de 90 marcou rupturas fundamentais com o modelo de desenvolvimento iniciado nos anos 30. Neste modelo de desenvolvimento ocorria a substituição de importações pela produção interna devido ao fechamento da economia. Este modelo caracterizou-se pela concentração da renda, resultado de estruturas de mercado pouco competitivas, baixa prioridade à instrução formal e qualificação profissional da mão-de-obra e representação desigual dos grupos de interesse no aparelho do Estado.

A crise da década de 80, cuja principal característica foi a aceleração crônica da inflação, representou o colapso de um modelo de desenvolvimento que havia perdido seu fator de dinamismo. A própria crise e as dificuldades de superá-la eram agravadas pela desestruturação das finanças públicas, decorrente da incapacidade do Estado de mobilizar investimentos e da transição para a democracia.

No final dos anos 80, tornou-se evidente entre participantes da burocracia estatal e do pensamento econômico, que o país estava mergulhado numa crise de tipo estrutural, que não poderia ser solucionada com ajustes imediatos, mas que exigia uma reestruturação profunda do sistema produtivo e do papel desempenhado pelo Estado no processo de desenvolvimento.

Devido à crise pela qual passava o país, formulou-se uma agenda de desafios mínimos necessários à retomada do desenvolvimento. São eles: promoção da abertura da economia; retirada do Estado do setor produtivo; desregulamentação da economia; substituição de práticas de mecanismos de controle de preços por instrumentos e legislação necessários à defesa da concorrência; substituição dos controles administrativos de importações por instrumentos e legislação que protegessem as

empresas brasileiras; reconstrução do padrão de financiamento de longo prazo e a construção de um espaço econômico ampliado a nível regional.

No início dos anos 90, estas medidas começaram a ser implementadas. Elas foram acompanhadas de um plano de estabilização de emergência que tinha como objetivo deter uma hiperinflação iminente, num quadro de extrema fragilidade fiscal e cambial do país.

Na mesma época, enquanto o Brasil se debatia nos momentos finais do antigo modelo de desenvolvimento, a aceleração do progresso técnico em nível mundial decorrente da revolução microeletrônica, reduzia vantagens comparativas tradicionais, como mão-de-obra barata e abundância de recursos naturais, e produzia mudanças radicais nas forma de organização da produção e dos mercados.

Com a abertura, privatização e desregulamentação, ocorreu uma mudança fundamental. Esses processos foram deflagrados no início dos anos 90, como parte de uma agenda integrada de mudança estrutural, e não como medidas isoladas. Elas vieram acompanhadas de uma nova política de indústria e de comércio exterior que continha programas de apoio à competitividade, qualidade e inovação tecnológica, em contraste como padrão anterior de intervenção do Estado nesta área.

Para tanto, foi de grande importância a combinação de iniciativas como a eliminação de todos os controles administrativos sobre importações e a supressão de mais de 100 mil regulamentações burocráticas, marcando uma ruptura com o passado.

À medida que estas medidas foram sendo implementadas, resultados positivos começaram a surgir, melhorando as perspectivas de desenvolvimento em longo prazo.

No âmbito microeconômico, as empresas pressionadas pelo aumento da competição, assim como estimuladas pela redução do custo da importação de bens de capital, deflagraram processos de reestruturação voltados a produzir ganhos de produtividade e qualidade. Ainda no ambiente microeconômico, começaram a ocorrer ganhos de eficiência nas empresas estatais privatizadas.

No âmbito macroeconômico, restabeleceu-se em volumes crescentes, o financiamento externo à economia brasileira, que se havia praticamente interrompido ao longo dos anos 80. Com isto, o país poderia contar com volume expressivo de poupança externa para financiar um novo ciclo de desenvolvimento, sob a forma de investimento direto, trazendo junto novos padrões tecnológicos e de gestão empresarial.

Com o avanço das privatizações e da abertura econômica, fez-se em 1990 um ajuste fiscal da ordem de 8% do PIB e isto criava expectativas positivas quanto à possibilidade de cortar pela raiz o crônico processo inflacionário (KANDIR, 1998 p. 23)

O chamado “projeto” (Projeto de Reconstrução Nacional) fez com que o tema das reformas constitucionais entrasse definitivamente na agenda nacional.

Divulgado em março de 1991, ele não se restringia apenas a propor mudanças no texto constitucional, mas apresentava de modo sistemático e em longo prazo, os principais desafios ao desenvolvimento do país naquele início de transformação do Estado e da economia. Sua maior característica estava em combinar a visão geral dos desafios com a indicação das questões específicas a enfrentar e dos instrumentos para fazê-lo.

A maior prova de que haviam sido desencadeadas mudanças irreversíveis, tanto na economia real quanto na orientação geral das políticas públicas e no quadro de referência conceitual dos agentes formadores da opinião pública, deu-se na transição do governo Collor para o governo Itamar Franco.

Embora não tenha preparado privatizações posteriores, o governo Itamar Franco cumpriu o cronograma de privatizações preestabelecido. Além disso, o cronograma da abertura seguiu a sua seqüência normal.

Entre 1991 e 1994, completou-se a privatização do setor siderúrgico e de fertilizantes e avançou-se muito no setor petroquímico. Nesses quatro anos, 33 empresas públicas foram privatizadas, além da venda de participações minoritárias. Este panorama revelava que estava em curso uma ruptura com o padrão de industrialização anterior.

Neste mesmo período, a abertura econômica havia progredido, reduzindo a tarifa média de importação de 51% em 1989 para 14,9% em julho de 1993. (KANDIR, 1998 p. 25)

No campo da desregulamentação, os monopólios do governo na exportação de café e açúcar e na importação de trigo já não existiam mais e não se exigiam mais autorização do governo para importação de aço. O fluxo de capitais externo foi liberalizado, permitindo o acesso direto ao mercado de capitais brasileiro. A reserva de informática havia desaparecido, o que permitiu a participação do mercado estrangeiro nesta área. Com a promulgação da lei de modernização dos portos, deu-se outro passo importante na desregulamentação de serviços de infra-estrutura.

Como reflexo das mudanças estruturais, a economia brasileira mostrava sinais de melhora. No plano microeconômico a produtividade começava a crescer (29% no acumulado de 1990 a 1994, média de 5,23% a.a.) o número de certificados de qualidade aumentara de 18 em 1990 para 595 em 1994; e no plano macroeconômico, o Brasil sentia os efeitos benéficos de se haver reinserido nos fluxos internacionais de capital, recompondo as suas reservas internacionais e o investimento estrangeiro, negativos na média dos anos 80. (KANDIR, 1998 p. 26)

Essa primeira fase das reformas, transcorrida num contexto de governabilidade precária e instabilidade monetária, preparou o terreno para o surgimento do plano real e o sucesso da candidatura do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Primeiro porque a progressão da abertura econômica criara condições para disciplinar os preços domésticos sem utilização de controles administrativos. Segundo, a confiança recobrada com a adoção de reformas estruturais permitira restabelecer o financiamento externo, acumular reservas internacionais expressivas e concluir um acordo sobre a dívida externa que ampliava o acesso do Brasil a fontes internacionais de financiamento. E por fim, o plano de estabilização de emergência adotado em março de 1990, produzira uma situação fiscal mais confortável. Esse conjunto de fatores foi fundamental para que a preparação e implementação do Plano Real assumissem características indispensáveis à conquista da credibilidade e aceitação da sociedade.

Com o Plano Real e a vitória do Presidente Fernando Henrique, abriu-se nova etapa de possibilidades e desafios do processo de retomada do desenvolvimento. As possibilidades decorriam de um conjunto associado de fatores. De um lado, dos efeitos positivos da estabilização para o processo de investimento, seja pela ampliação do mercado de consumo interno, mediante a incorporação de um número maior de

consumidores antes excluídos, seja pela ampliação de planejamento e cálculo empresarial. De outro, as possibilidades decorriam da formação de uma base de sustentação política e social que criava condições para romper limites ao aprofundamento das reformas, principalmente, no plano da Constituição.

Entretanto, junto com as possibilidades surgiram novos desafios ou aguçaram-se os já existentes. A estabilização ao mesmo tempo em que criava condições políticas para fazer o ajuste estrutural das contas públicas, produzia um novo e redobrado desafio para a gestão fiscal de curto prazo. A redução drástica do efeito corrosivo da inflação sobre as despesas do Estado correspondeu a um verdadeiro choque nas finanças públicas.

Ao mesmo tempo, em que a estabilização criou um potencial enorme de atração de investimentos, lançou o desafio de acelerar os ganhos de competitividade, principalmente das exportações, para dar sustentação de longo prazo aos processos de ampliação do coeficiente de importações e absorção de poupança externa essenciais ao desenvolvimento.

Os efeitos da estabilização e do novo choque competitivo sobre a estrutura do emprego também colocaram novos desafios, porque se de um lado o aumento do potencial de investimentos apontava para o aumento da oferta de emprego, de outro, o investimento novo, por suas características em termos de tecnologias e padrões de gestão, apontava para o aumento do desemprego estrutural.

Igualmente, ao mesmo tempo em que a estabilização permitiu o restabelecimento dos mecanismos de crédito, criou uma dificuldade estrutural de ajuste do sistema financeiro, que deixava de contar com grande receita inflacionária.

Na mesma linha de raciocínio, o aumento da capacidade de consumo, provocada pelos ganhos de renda e a recomposição dos mecanismos de crédito, colocava outro desafio quanto à necessidade de aumentar a taxa de poupança privada, essencial para a sustentação do processo de desenvolvimento em longo prazo.

O Plano Real e a subsequente instalação do governo Fernando Henrique, corresponderam à grande ampliação das possibilidades do processo de retomada do desenvolvimento. Mas os desafios multiplicaram-se e tornaram-se mais complexos.

É neste cenário extremamente ambíguo que irá se analisar o processo da distribuição da renda no Brasil após a implantação do Plano Real e mais adiante as formas de melhorá-la.

3.2 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL A PARTIR DO PLANO REAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

O modelo de desenvolvimento adotado até finais dos anos 80, o de substituição de importações, trouxe muitos benefícios para o país, mas foi marcado pela profunda concentração de renda. Quando houve a ruptura com este modelo no início da década de 90, o país pôde passar por uma série de reformas, mas o problema da concentração da renda perdurou e foi bastante agravado após a implantação do Plano Real.

Para uma estabilidade econômica duradoura deve-se ter uma política fiscal consistente em longo prazo, uma política monetária austera e uma situação de balanço de pagamentos sustentável. O Brasil tem muitos desafios a vencer nesta direção.

O Salário Mínimo Nominal dobrou durante o Plano Real, no seu primeiro dia um salário comprava apenas 60% de uma cesta básica, já em 1995 um salário comprava 90% de uma cesta básica. Houve um crescimento real do salário mínimo entre 1991 e 2002, quando atingiu o valor real de R\$ 189,43 e nominal de R\$ 200,00.

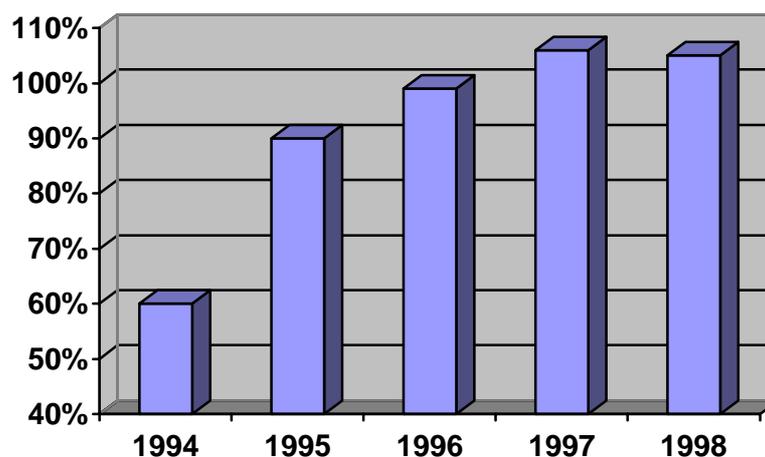


Gráfico 1 – Poder de compra do Salário Mínimo (em % da Cesta Básica)

*Junho/97 a Maio/98

Fontes: Procon/DIEESE, DOU e Bacen

No total das seis regiões, houve alta de 0,8% no rendimento dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado: de R\$ 954,06 para R\$ 961,60. Um aumento de 0,6% foi verificado entre os sem carteira, cujo rendimento médio passou de R\$ 620,32 para R\$ 616,60. Já entre os trabalhadores por conta própria houve queda de 0,4%, com o rendimento passando de R\$ 735,43 para R\$ 732,50.

Tabela 1 – Rendimento médio real habitual da população ocupada

Posição na Ocupação	mar/04	fev/05	Mar/05	%mês
Empregados com carteira(*)	969,10	954,06	961,60	0,8%
Empregados sem carteira(*)	579,76	620,32	616,60	-0,6%
Trabalhadores por conta própria	752,42	735,43	732,50	-0,4%

(*) carteira de trabalho assinada no setor privado

Fonte: IBGE/PME

Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

O rendimento médio real dos trabalhadores cresceu quase 24% desde a implantação do Plano Real.

Obs: Índices médios de 12 meses terminados em junho de cada ano. No quarto ano, utilizou-se a média 12 meses terminada em março/98.

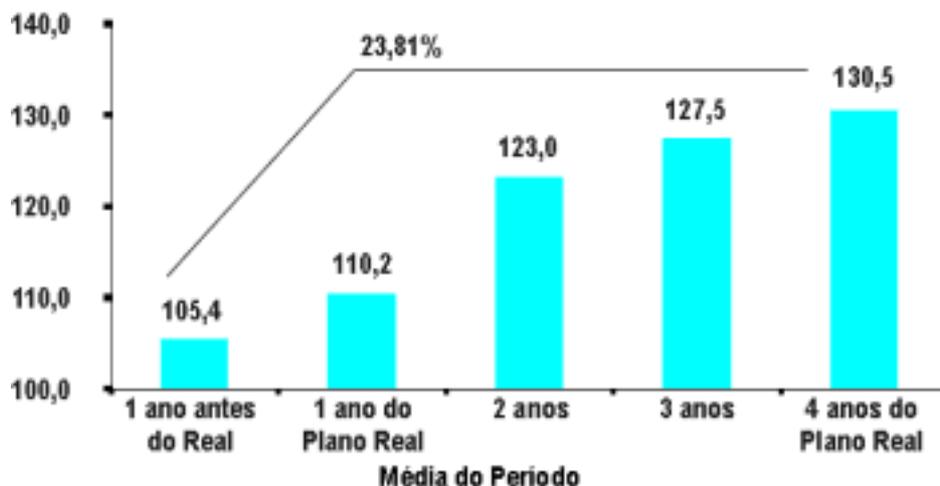


Gráfico 2 - Rendimento médio real das pessoas ocupadas

Regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife

Fonte: IBGE/PME

Nos dois primeiros anos do Plano Real ocorreram paralisações solicitando melhores remunerações. Em 1996 as paralisações ocorrem principalmente devido a não-cumprimento de direitos trabalhistas por parte do empresariado. Em 1997, 1998 e 1999 as paralisações são realizadas em menor quantidade devido à recessão e ao aumento da taxa de desemprego. E 1999, ainda que a maior parte das greves lute pelo cumprimento dos direitos trabalhistas, há um crescimento das reivindicações relativas à remuneração, e, principalmente, a questões relacionadas ao emprego, como está demonstrado no gráfico 3.

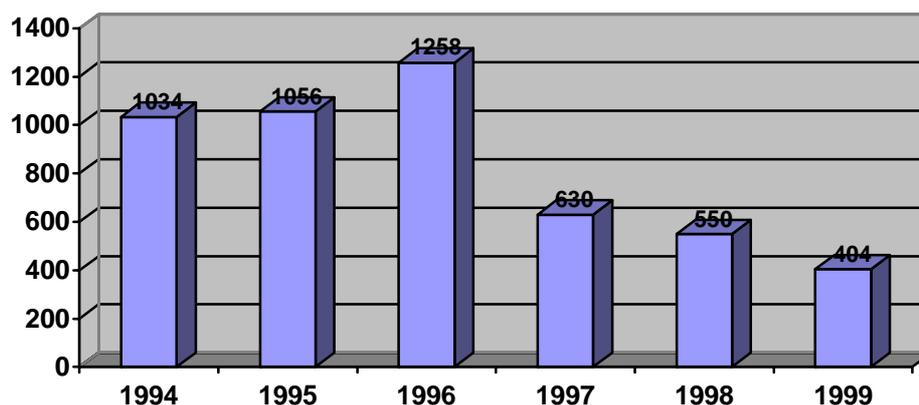


Gráfico 3 - Evolução do número de greves

Fonte: Banco de dados sindicais - DIEESE

Elaboração: DIEESE

Obs.: Em 1999, dados até outubro

O DIEESE calculou a evolução do salário mínimo real de dezembro de 1988 a dezembro de 1999 e o que se pode verificar foi uma queda no poder aquisitivo entre os meses de dezembro de 1998 a abril de 1999. Devido ao reajuste do salário mínimo em maio ocorre uma recuperação no poder de compra. Nos meses seguintes ao reajustes o

poder aquisitivo volta a se reduzir, chegando, em dezembro de 1999, a um valor 4,4% menor que o de dezembro de 1988, como está demonstrado no gráfico 4.

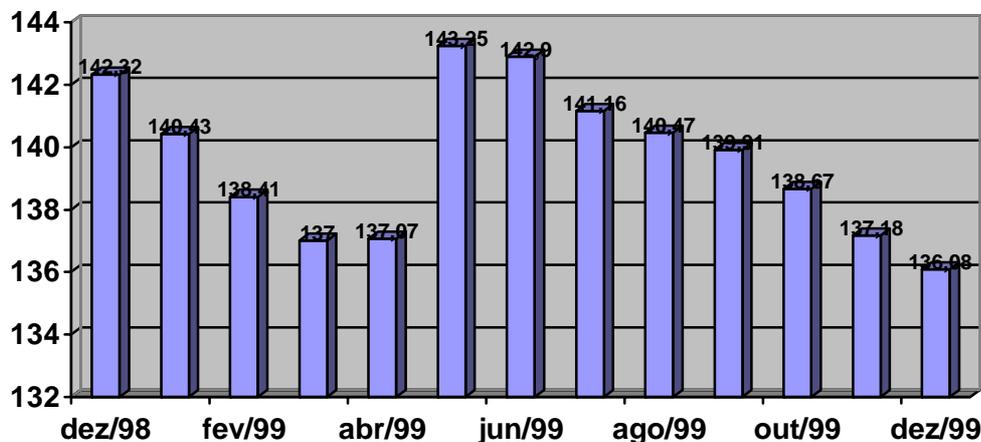


Gráfico 4 – Salário mínimo real
Brasil – 1999
Fonte: DIEESE e MTb
Elaboração: DIEESE
Obs.: Deflator ICV-DIEESE (Estrato1), calculado no município de São Paulo

No período de 1986 a 1993, antes do Plano Real (em azul) todos os segmentos de renda da população sofreram perda de renda real. Estas perdas foram mais acentuadas no segmento mais pobre do que no mais rico. Já no período de 1993 a 1996 (em amarelo) houve um aumento da renda em todos os seguimentos, contudo o seguimento dos mais pobres obteve um crescimento maior do que os mais ricos. Em síntese, antes do Real, tinha-se uma combinação de inflação, crescimento baixo e concentração de renda. Depois do Real houve crescimento com distribuição de renda.

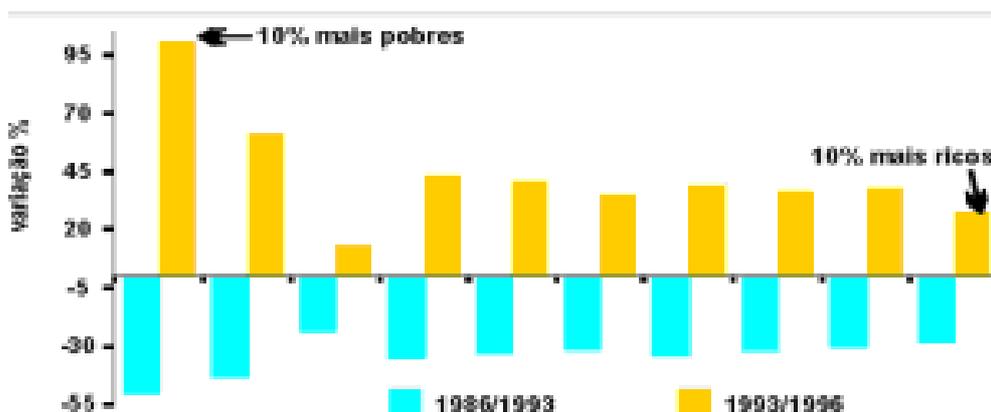


Gráfico 5 – Variação no rendimento médio real (percentuais)
Fonte: PNAD's, IBGE

A busca da estabilidade é uma das ações mais relevantes no combate à pobreza e à concentração de renda.

O gráfico mostra com clareza que a queda da inflação é acompanhada da queda do percentual de pobres.

Obs: Linha Baixa de Pobreza: corresponde à percepção de R\$ 45,00 mensais de renda "per capita" (a preços de maio de 1996). Os dados anuais correspondem à média de junho do ano anterior até maio do ano correspondente (12 meses).

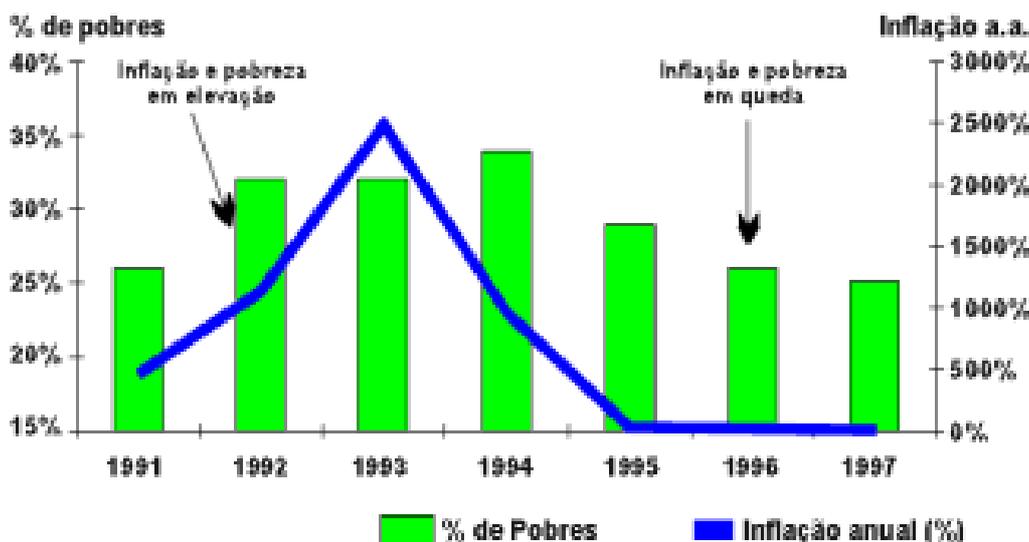


Gráfico 6 – Inflação X Pobreza
Fontes: Linha de pobreza – IPEA
Inflação - Fipe

A estabilização ocorrida devido ao Plano Real gerou um efeito renda no início do programa. O fim das elevadas perdas salariais, associada a uma certa recuperação do salário mínimo e ao endividamento das famílias, com a retomada do crédito ao consumidor, elevaram a demanda agregada e o nível de consumo, principalmente dos bens de consumo duráveis. O aumento da oferta agrícola manteve baixo o custo de vida na primeira fase do plano, mas os 40% mais pobres da população continuaram a se apropriar de apenas 7% da moeda nacional, ainda que tenham sido favorecidos pela estabilidade monetária. (MERCADANTE, 1997 p. 137).

As importações crescentes transferiram para fora parte do efeito dinâmico sobre o crescimento econômico. Os déficits crescentes no balanço comercial impuseram medidas de contenção da demanda com uma política monetária de juros altos que compromete o crescimento econômico.

As atuais linhas de pesquisa enfatizam, sobretudo, a importância da educação para reduzir a desigualdade de renda. A tabela seguinte revela uma maior concentração, entre os trabalhadores até um salário mínimo, nos grupos de anos de estudo mais baixos. Porém, na faixa de remuneração entre 1 e 2 salários mínimos, as diferenças não são tão marcantes: 34,4% têm até 3 anos de estudo contra 31% verificados entre o total de ocupados. Conclui-se que aquelas pessoas que possuem uma remuneração mensal fixa dispõem de maiores chances de investimento em educação e em consumo.

Tabela 2
Pessoas de mais de 10 anos e Ocupadas, segundo a Remuneração e Grupo de Anos de Estudo.

Grupos de Anos de Estudo	Em mil pessoas			Em %		
	Total	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Total	Até 1 SM	De 1 a 2 SM
Sem instrução e menos de 1 ano	9.795,6	3.819,9	1.975,7	14,1	26,0	15,3
1 a 3 anos	11.700,3	3.451,9	2.476,0	16,9	23,5	19,1
4 a 7 anos	21.983,6	4.977,0	4.786,1	31,7	33,9	37,0
8 a 10 anos	9.805,1	1.554,8	1.991,4	14,1	10,6	15,4
11 a 14 anos	11.472,3	806,9	1.562,7	16,5	5,5	12,1
15 anos ou mais	4.406,4	47,5	110,5	6,4	0,3	0,9
Não determinados/ sem declaração	168,2	38,2	35,6	0,2	0,3	0,3
Total	69.331,5	14.696,1	12.938,1	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD 1997.

Elaboração: DIEESE.

(*) Inclui os sem rendimento ou sem declaração.

Os indicadores que revelam a deterioração do mercado de trabalho nos anos 90 são alarmantes. Segundo dados do IBGE, o nível de emprego industrial se reduziu em aproximadamente 35% entre 1990 e 1997. No setor de serviços, o sistema financeiro reduziu o emprego formal em 21%. Atualmente, um pouco mais de 40% dos assalariados estão no mercado formal, contra cerca da metade no final dos anos 80; 64% da população estão no mercado informal sem qualquer acesso ao sistema de previdência social.

A taxa de desemprego medida pela PME/IBGE atingiu 7,6% em 1999, caiu para 7,1% em 2000 e reduziu-se novamente para 6,2% em 2001, atingindo então seu ponto mais baixo nos últimos quatro anos. Entre janeiro e junho de 2002, a PME/IPGE registra um aumento da ordem de cerca de 192 mil postos de trabalho, considerando-se apenas as

seis regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), reforçando as avaliações de uma deterioração nos níveis de desemprego.

Quanto aos salários, os ganhos iniciais com o processo de estabilização do salário mínimo é que tende a puxar toda a base salarial. É neste cenário, em que as perdas salariais são funcionais ao esforço da política monetária de redução do déficit comercial, que o governo privatizou a política salarial.

A política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso mantém intocada a estrutura sindical oficial e todos os demais instrumentos de controle sobre os sindicatos e de intervenção nas negociações coletivas. Entretanto, elimina a política salarial e com ela qualquer intervenção do Estado no processo de determinação dos salários. Essa estratégia de desregulamentação da economia transfere para o mercado a determinação dos salários e nele para a correlação de forças entre trabalhadores e empresários em um cenário de baixos níveis de atividades.

Juros altos, aumento de produtos importados e desemprego. A ênfase na estabilidade monetária como âncora cambial, sem quaisquer medidas que promovam a expansão dos investimentos e a retomada do crescimento da economia, acompanhadas pela privatização da política salarial, revelam um quadro de deterioração das condições de trabalho, rebaixamento salarial e fragilização do movimento sindical.

Há uma redução dos postos de trabalho na indústria, e os que migram forçosamente para o setor serviços, quando são absorvidos tendem a receber salários menores. Portanto, tem havido um empobrecimento do conjunto da classe trabalhadora em todo país após 1994.(MERCADANTE, 1997 p.159)

A política salarial foi privatizada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, contudo os mecanismos de controle sobre o movimento sindical, impedindo a livre negociação com direitos sindicais e contrato coletivo de trabalho. Não há mais qualquer instrumento do Estado para intervir no perfil de distribuição de renda do país. O mercado é hoje o único espaço social de determinação dos salários. Os sindicatos continuam submetidos a todos os mecanismos de controle do Estado, sem qualquer avanço em direção ao contrato coletivo de trabalho e a novos direitos sindicais. A

liberdade que o Plano Real dá ao capital e a privatização da política salarial, estão agravando ainda mais o quadro perverso da distribuição de renda vigente no país.

Considerando que 40% da população vive abaixo da linha da pobreza, recebendo apenas 7% da renda nacional, com a economia crescendo 7% ao ano e assegurando um crescimento de 3% para a renda per capita do país, seriam necessários 20 anos para eliminar-se a pobreza absoluta do país. Isso significa que o Brasil precisa de políticas ativas de emprego e renda e é imprescindível que o Estado reformule o padrão de relações de trabalho. O contrato coletivo de trabalho a ampliação dos direitos sindicais e uma política salarial que recupere o valor do salário mínimo e assegure um patamar básico para os reajustes salariais são fundamentais para alterar o padrão de distribuição de renda do país. Estas medidas devem ser acompanhadas também de uma política social que objetive principalmente a educação.(MERCADANTE, 1997 p. 161)

Todo esse quadro de concentração da renda no Brasil agravou-se após a implantação do Plano Real e com ela as condições sociais da população. O que se observa é um retrocesso no que se refere à pobreza, exclusão e tensão social. Paralelamente há uma maior restrição aos direitos trabalhistas assim como os ditos direitos sociais, como educação, saúde, moradia, transporte e emprego.

O Governo Federal Brasileiro empenhado em corrigir as distorções inerentes à evolução do mercado de trabalho vem desenvolvendo programas de fomento ao emprego e ao trabalho e de proteção e assistência ao trabalhador, contando com recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador -FAT que tem por objetivo criar mecanismos que permitam a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida do trabalhador, destacando-se as ações nas áreas de qualificação profissional, seguro-desemprego, abono salarial, geração de emprego e renda, inspeção do trabalho e legislação trabalhista.

4 OS DESAFIOS E AS ALTERNATIVAS PARA OBTENÇÃO DE UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.

A melhoria da distribuição de renda conseqüentemente reflete na inclusão social que aumenta o desenvolvimento do país. Alguns desafios dificultam essa melhoria na distribuição da renda e eles precisam ser superados.

4.1 OS DESAFIOS A SEREM SUPERADOS

A estabilização adquirida com a implantação do plano real representou também importante fenômeno de integração social, quando incorporou ao mercado consumidor um contingente de pessoas antes excluídas do acesso a bens básicos ainda que temporariamente.

O fenômeno de integração social está na raiz das possibilidades ampliadas de desenvolvimento do país e da mudança na dinâmica política que, ao acelerar o processo de reformas, está convertendo essas possibilidades em realidade.

Avanços na direção de maior integração social dependem fundamentalmente da reestruturação do gasto público, e portanto, do ajuste fiscal, para que se possa reforçar o financiamento das políticas sociais com os recursos hoje desproporcionalmente drenados pelas despesas com pessoal e custeio da máquina. Mas dependem também da maturação de mudanças em curso na organização institucional e no padrão de gestão das políticas públicas. Nesse processo de mudança da institucionalidade e dos padrões de gestão das políticas sociais, estreitamento associado à descentralização, deve-se buscar não só conferir maior eficácia às ações de governo, melhorando a relação custo/benefício, mas também promover o alargamento da participação dos cidadãos no controle e na conversão das políticas públicas para o nível local. Nos últimos três anos, fizeram-se avanços importantes quanto à eficácia das políticas sociais e à promoção da cidadania. Um exemplo é a mudança que se vêm observando nas políticas relativas ao ensino fundamental, campo em que tradicionalmente prevaleceram as relações de clientela com base na centralização de recursos e instrumentos de gestão.

No plano econômico, aponta para ganhos de competitividade, à medida que a capacidade de gerar e assimilar inovações está ligada cada vez mais ao grau de instrução do trabalhador. No plano social, aponta para a elevação continuada dos padrões de vida da população na medida da correlação estreita existente entre nível de instrução, capacidade de empregar-se e nível de rendimentos.(KANDIR, 1998 p. 40).

Começou a romper-se outra barreira à integração social, em iniciativa importante para criar oportunidades de emprego e geração de renda: o acesso ao crédito para a produção por parte de empreendedores do setor informal. Não se trata de ação isolada do governo federal. Ao contrário, a União entra como agente catalisador, mediante apoio técnico e financeiro, de experiências que se desenvolvem nos níveis locais, envolvendo setor público e setor privado. Esses novos padrões de políticas sociais representam uma reconstrução das relações entre Estado e sociedade, mas não são poucos nem triviais os desafios que se apresentam à frente.

O primeiro desafio é completar, de modo mais acelerado, o ajustamento fiscal, sem o que permanecerá tolhido o pleno potencial de investimentos decorrentes dos processos simultâneos de estabilização, privatização e integração a um espaço econômico ampliado no âmbito regional.

A questão está em que, enquanto persistir um quadro de fragilidade fiscal, permanecerão restritas as possibilidades de desenvolvimento de um mercado estruturado de financiamento a longo prazo, e, dessa maneira, igualmente limitadas as possibilidades de financiamento dos investimentos necessários para que o país possa vencer os desafios redobrados da competitividade, da geração de renda e empregos.

Há outra razão ainda pela qual o ajuste fiscal é chave para o desenvolvimento: o financiamento das políticas sociais. A desativação dos mecanismos automáticos que aumentam as despesas com pessoal e a redução dos gastos com custeio da máquina são condições para aumentar o gasto social de modo não inflacionário. O aumento do gasto social, nos três níveis de governo, é condição necessária, ainda que não suficiente, para melhorar a qualidade e a cobertura na oferta de bens e serviços sociais básicos como saúde e educação.

A melhoria das condições de vida da população brasileira constitui, além de um objetivo do ponto de vista da coesão social e da cidadania, fator relevante para determinar o potencial de atração e geração de investimentos do país no futuro. Isso porque, cada vez mais, as decisões de localização das empresas incorporam, como variável relevante, a capacidade que cada país tem de produzir, com aperfeiçoamento constante da qualidade, o que supõe condições adequadas de vida e, especialmente, níveis de instrução formal mais elevados que hoje apresentam a população brasileira.

O segundo grande desafio está, portanto, em combinar a reestruturação do gasto público em favor das políticas sociais, com o aprofundamento das mudanças relativas a suas bases institucionais e a seu padrão de gestão, de modo a criar um ambiente, também sob esse ponto de vista, mais favorável ao investimento.

Não basta, porém o ajuste fiscal. É necessário, ao mesmo tempo, avançar com maior rapidez no fortalecimento de políticas ativas de competitividade, para intensificar a orientação para o mercado externo e o potencial de inovação do sistema produtivo. Este é o terceiro grande desafio.

O quarto grande desafio está em articular a superação dos três primeiros dentro de uma estratégia clara diante dos processos ampliados de integração com que nos defrontar-se-á no futuro próximo.

Precisa-se avançar mais, no entanto, no desenho de uma agenda positiva da integração hemisférica, o que passa por definir contrapartidas em termos de acesso prévio a mercados e assistência financeira em áreas cruciais para o desenvolvimento.

Existem processos sociais em curso que já não podem mais ser desativados, pois ganharam dinâmica própria. Tome-se a questão-chave da mudança nos padrões de gestão do gasto público. Há muito ainda a ser feito e os resultados do que já foi feito ainda não se expressam plenamente nas contas públicas. Mas o sentido da mudança é claro, ainda que esta evolua de modo não linear e regionalmente desigual. O fato é que a sociedade desenvolveu mecanismos de pressão e controle que inibem, dificultam e punem padrões predatórios de gestão do Estado. Os velhos padrões sobrevivem, mas estão em declínio.

4.2 AS ALTERNATIVAS VIÁVEIS PARA OBTENÇÃO DE UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.

O Brasil está inserido num grupo de países classificados de acordo com sua distribuição de renda, onde a renda média dos 40% mais pobres corresponde a cerca de um quarto da renda média do conjunto da população, e a dos 20% mais ricos é 12 vezes maior que a renda média dos primeiros. Com exceção da Tailândia todos esses países são africanos ou latino-americanos. Essas desigualdades, grandes, são ainda maiores quando a comparação é feita entre a renda desse 40% e a recebida pelos 10% ou 5% mais ricos.

O Plano Real foi concebido a partir do mesmo padrão dos programas de estabilização e ajuste aplicados na América Latina a partir do final dos anos 80 inspirados no ideário neoliberal.

Essa estratégia de estabilização é indissociável da agenda proposta pelo chamado Consenso de Washington, abertura comercial completa, desregulamentação geral da economia, reconhecimento irrestrito de patentes, privatizações, estado mínimo com a desarticulação dos mecanismos de apoio ao crescimento e regulação da economia, flexibilização dos direitos trabalhistas sempre orientados para estabelecer a primazia absoluta do mercado. Esse processo é acompanhado pela ofensiva ideológica da inevitabilidade das reformas, modernização e globalização como parte do pensamento único construído na pretensa racionalidade do mercado (MERCADANTE, 1997 p. 131).

A opção do governo de Fernando Henrique Cardoso, na mesma rota iniciada por Fernando Collor de Mello, pela inserção subordinada do Brasil a essa nova ordem internacional representa o fim de um ciclo.

Um ciclo que do ponto de vista econômico foi marcado por uma longa estagnação, acompanhada de taxas de inflação altas, crise cambial pressionada pelo endividamento externo e esgotamento do modelo de desenvolvimento inspirado nas substituições de importações. No plano político o cenário foi a transição lenta de uma ditadura militar para um regime democrático inacabado, associado a grandes escândalos de corrupção, esgarçamento das instituições e fragilização do Estado. É o período que concentrou as mais espetaculares mobilizações populares da história recente do país; grandes greves

operárias, anistia, diretas, constituinte, “impeachment” e eleições presidenciais. Esse ciclo está se esgotando e o país vive agora a tentativa de consolidação de um projeto neoliberal tardio, imensos custos econômicos e sociais e novos desafios a serem superados.

As mudanças impostas ao país pela agenda neoliberal, ocorrem em um cenário internacional marcado por intensas mudanças impulsionadas pelo impacto de um novo paradigma tecnológico.

A ciência e a técnica estão sendo consideradas determinantes no desempenho econômico das economias contemporâneas. Essa terceira revolução industrial e tecnológica vai revelando que a economia do futuro é uma economia da rapidez e da agilidade nas informações, uma sociedade pós-industrial de serviços e do conhecimento. O aumento de produtividade é espetacular, as escalas de produção atingem um novo patamar, impulsionam a conformação de macro mercados e configuram novos padrões de concorrência internacional.

A globalização é um aprofundamento do processo de internacionalização, concentração e centralização do capital. A mundialização do capital se materializa nos fluxos financeiros como uma tendência inexorável dessa nova base técnica que emerge neste final de século. Há uma centralização financeira e tecnológica, no interior mesmo das grandes corporações, acompanhada por uma estratégia de regionalização produtiva e comercial.

A globalização vai restringindo as margens de manobra dos Estados Nacionais, que perdem poder relativo frente a organismos supranacionais como o Banco Mundial, FMI e especialmente a Organização Mundial do Comércio (OMC), que desempenha um papel decisivo sobre as condições do comércio internacional, estabelecendo um novo contexto de soberania nacional limitada.

O mundo do trabalho é duramente atingido por essas inovações e pelas políticas de ajuste neoliberal. A reestruturação produtiva promovida pela globalização do capital destrói postos de trabalho, flexibiliza e degrada os contratos de trabalho e joga uma

parcela crescente dos trabalhadores na economia informal e em relações de trabalho precárias.

Em suma, a globalização, associada à retirada do Estado, provoca direta e indiretamente uma redistribuição significativa da renda; as desigualdades entre capital e trabalho se acentuam na medida em que a financeirização das empresas se expande e que os mercados financeiros se tornam emergentes; as desigualdades no interior do trabalho se acentuam entre trabalhadores qualificados e não-qualificados. A pressão da valorização do capital definida internacionalmente e que se exerce sobre um tecido industrial fragilizado pela década perdida na América Latina favorece a um desatrelamento entre evolução dos salários reais e crescimento da produtividade do trabalho. As desigualdades territoriais se superpõem às desigualdades de renda. A globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo num lugar região de integração do tecido social e em outras regiões de desintegração. Longe de provocar o alardeado universalismo, a abertura rápida das fronteiras aumenta a vulnerabilidade e ao fazê-lo provoca novos vínculos e a criação de circuitos complexos, com modos originais de regulação. O desaparecimento das fronteiras visíveis produz a eclosão de novas fronteiras invisíveis, com a consolidação de regiões de integração ao mesmo tempo em que se desenvolvem regiões de exclusão chamadas de regiões cinzentas.

Diante do exposto, verifica-se que a análise da problemática da distribuição de renda não pode ser feita apenas a nível local, mas sim, considerando a questão a nível mundial.

Internamente, o grande desafio dos próximos governos brasileiros e da ala de oposição é apresentar uma agenda alternativa às contra-reformas, que inclua a reestruturação produtiva, industrial e agrária, o apoio à pequena economia familiar no campo e na cidade, e reforma urbana, a democratização do Estado e da sociedade, em especial dos meios de comunicação.

Um novo modelo econômico para um desenvolvimento solidário, sustentável e soberano exige novos pressupostos. A perspectiva de uma economia solidária, orientada para enfrentar a exclusão social e o desemprego em massa representa uma revisão completa na orientação neoliberal.

A reestruturação da produção, tendo como perspectiva um novo padrão de distribuição da renda, é fundamental para a constituição de um novo modelo para o desenvolvimento solidário. É essencial a constituição de um amplo mercado de produtos básicos de consumo popular e de serviços públicos. O país está muito atrasado em relação à chamada terceira Revolução Industrial, mas possui um potencial agrícola, industrial e tecnológico capaz de impulsionar um amplo mercado de consumo de massa e ampliar a oferta de serviços públicos essenciais: os serviços públicos socializados na forma de educação universal e de qualidade, acompanhada de um programa de bolsa escola que assegure o acesso e a manutenção de todas as crianças na escola, a implantação dos SUS na saúde; o saneamento básico; e a moradia popular podem modificar radicalmente a qualidade de vida, em especial nos grandes centros urbanos.

As múltiplas formas de sobrevivência que constituem a economia popular devem ser fomentada, organizadas e valorizadas pela ação do Estado. A busca de nichos e vantagens comparativas dinâmicas para os setores tecnológicos de ponta, que efetivamente tenham condições de inserção na economia globalizada, não pode se contrapor a políticas de apoio e fomento como o crédito solidário, viveiros para micro e pequenas empresas, cooperativas populares, programas de formação e requalificação profissional devem ser impulsionadas e ganhar um espaço prioritário na política econômica oficial. (MERCADANTE, 1997 p. 162)

Uma nova lei de concessões é decisiva para permitir que o Estado mantenha seu papel de regulação e controle. Administrar preços, qualidade dos serviços e assegurar os investimentos estratégicos nos setores privatizados exige a constituição de mecanismos de regulação que não podem estar atrelados a pequenos comitês nomeados pelo Executivo.

É preciso envolver a sociedade civil nesse debate e permitir que a legislação assegure transparência e o controle aos órgãos públicos. A democratização das decisões de política econômica e a constituição de novos espaços públicos de negociação e regulação são estratégicos para uma proposta econômica alternativa.

Não bastam apenas resultados positivos em termos de retomada da produção e dos investimentos. São importantes também avanços nas relações de trabalho,

particularmente a adoção do contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado, o respeito e a ampliação dos direitos sindicais, acompanhados pelo fim do imposto sindical e pela ampla liberdade e autonomia sindical.

Uma política nacional de emprego deve ser outra bandeira prioritária e a democratização dos espaços de decisão econômica deve avançar nesta direção, favorecendo a realocação dos fundos públicos, em especial da poupança forçada dos trabalhadores. A redução da jornada de trabalho é também uma dimensão essencial, mas estará sempre vinculada à lógica da concorrência global. Por isso é necessário uma política consistente e solidária à economia popular de subsistência, que absorve uma imensa massa de trabalhadores brasileiros.

Junto com a reforma do Estado, é necessário também fazer a reforma política. A construção dos instrumentos necessários para termos um Estado realmente eficiente e público não produzirá todos os seus efeitos se os mecanismos de representação continuarem a favorecer barganhas políticas em bases patrimoniais e fisiológicas.

As características da representação política no Brasil têm raízes históricas e culturais profundas. Sabe-se que não se pode superá-las apenas por meio de modificações na legislação. A superação dessa característica implica mudanças na cultura política que só processos sociais mais amplos poderão produzir (melhoria das condições de vida, com atendimento de necessidades básicas, melhoria dos níveis de instrução, melhoria da qualidade dos meios de comunicação etc.).

Isso não significa que se deva apenas induzir esses processos e não fazer mudança alguma nas regras que organizam o processo eleitoral e os partidos políticos, sobretudo em seu funcionamento parlamentar, à espera de que processos sociais mais amplos produzam os seus efeitos em primeiro lugar, porque as iniciativas não conflitam. Em segundo lugar, porque as mudanças na legislação têm importância em si mesmas. Em terceiro lugar, porque mudanças imediatas na legislação partidária eleitoral, à medida que aperfeiçoem o processo de escolha eleitoral e o processo decisório no eixo Executivo-Congresso, produzirão efeitos positivos na qualidade das políticas públicas, dentre elas as políticas públicas fundamentais para criar condições objetivas de mudanças profundas na cultura política do país.

Prosseguir no esforço de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento solidário que cresça distribuindo e distribua crescendo, sempre orientado para gerar empregos e erradicar a pobreza absoluta no país, é sem dúvida nenhuma a maior tarefa para este final de século.

5 CONCLUSÃO

O Brasil apresenta um quadro dramático de degeneração social, decorrente da desigualdade com que se distribui o produto econômico. O mais grave desse quadro é a forma desigual como se reparte a renda nacional entre os trabalhadores e os donos do capital. Ao mesmo tempo que é recordista na mortalidade infantil, o Brasil é também campeão mundial na taxa de lucro das suas empresas. Esses dois recordes não são coincidência; mas causa e efeito.

Os dados sobre a concentração da renda brasileira chocam ao mundo inteiro. Essa realidade não se formou espontaneamente. Diferentemente da desigualdade nos séculos anteriores, ela é fruto da engenharia macroeconômica aplicada para realizar a arcaica modernização das últimas décadas. A idéia de que o crescimento levaria a uma tendência à igualdade não tem se verificado nos países da América Latina. As últimas décadas mostraram que, se a economia estiver interessada apenas no curto prazo, a concentração é mais dinâmica economicamente do que a distribuição. Os produtos suntuosos, para altas rendas, têm um impacto mais efetivo na economia do que os produtos que atendem à demanda dos marginalizados ou assalariados de baixa renda. A tentativa de justificar a distribuição de renda em termos econômicos foi desmentida pela realidade do crescimento durante o regime autoritário e concentrador.

A distribuição da renda é uma decisão ética e política. A redução de desigualdade só ocorre quando passa a ser um objetivo em si, subordinando-lhe as decisões econômicas.

A distribuição não é uma questão de instrumentos. É uma questão de objetivos. O que justifica a distribuição é o desejo ético de uma harmonia social, é o projeto político da democracia e é a visão de longo prazo, três fatores que têm estado excluídos do discurso econômico.

Muitos economistas criticam a concentração, mas insistem em modificar esse quadro por meio de uma engenharia econômica com base em salários e preços. Nada indica que isso seja possível no atual quadro social e produtivo brasileiro. A distribuição via salários não beneficiará a parcela mais pobre, que não dispõe de emprego fixo. Fará com que a maior parte dos beneficiários seja provisória, devido à rotatividade dos

empregos. Limitará a distribuição entre os participantes do sistema, excluindo, portanto, os mais pobres.

Mesmo que fosse possível uma elevação dos salários mais baixos, sem um desemprego e sem uma elevação ainda maior dos salários altos, ela provocaria, ao menos por algum tempo, uma disputa por bens, especialmente alimentos, com um conseqüente aumento de preços. Embora tudo indique que o Brasil tem como rapidamente aumentar a oferta interna de alimentos e de quase todos os bens industriais, isto só se fará se, ao lado do aumento salarial das camadas mais pobres, for feita uma reforma na estrutura agrária, for enfrentado o problema da dívida externa e forem ajustadas todas as políticas de incentivo à agricultura.

Nenhuma sociedade resiste coesa, se as partes estiverem segregadas. Quando se observam o grau de violência e todos os atritos sociais do Brasil de hoje, percebe-se que a sociedade já atingiu o nível máximo de tolerância. A opção pela continuação da concentração já demonstra exigir um quadro legal e real de apartação social nos moldes da África do Sul. A busca de distribuição é uma opção pela justiça social e harmonia, e não só pela dinâmica econômica. Ela deve ser enfrentada, portanto, mesmo que isto venha a significar uma redução no nível de crescimento econômico em benefício do aumento da harmonia social.

O caminho não está apenas nos salários, mas sobretudo na distribuição da propriedade da terra, assegurando o acesso de todos ao trabalho e à produção, desde que essa distribuição não tenha um efeito negativo sobre a oferta de alimentos para o mercado interno. Mas o maior instrumento distributivo está na garantia dos serviços sociais que incorporem os marginalizados em uma nova forma de modernidade: a universalização do atendimento médico e da escola integral, o saneamento, a construção de habitações populares, ao lado de um ambicioso programa de emprego que não deixe nenhum brasileiro adulto sem fonte de renda.

Isso virá de um governo com suficiente credibilidade para propor e receber apoio ao Projeto Nacional de Reorientação da Modernidade do Brasil, segundo crença do insigne professor Cristovam Buarque, que elenca abaixo alguns pontos fundamentais, tais como:

- Iniciar o programa distributivo tocando nas grandes fortunas, nas rendas especulativas, cuidando de não ferir o nível de investimento que a própria distribuição exigirá para a produção dos novos bens;
- Deixar claro que a distribuição de fortunas e rendas não distribui consumo, o que levará à necessidade de reduzir também o consumo de parcelas que não se compõem dos muito-ricos nem dos ricos, mas também dos quase-ricos;
- Incluir nessa visão distributiva a percepção de que a maior parte da pobreza se localiza nos bolsões do Norte e do Nordeste, o que exige uma política de reordenamento espacial da economia, sem confundir o conceito de social com o de regional, uma vez que nas regiões pobres há fortunas e rendas tão altas quanto nas regiões ricas;
- Manifestar que a distribuição terá não apenas o efeito de criar uma sociedade mais harmônica e a longo prazo mais estável e dinâmica, mas também que a redução do consumo se dará com uma elevação no nível de vida, graças à estabilidade e à segurança;
- Fazer com que as mudanças no perfil da demanda sigam um cronograma compatibilizado com os resultados de medidas e incentivos, que estimulem a oferta dos bens e serviços compatíveis com esse perfil novo, evitando-se, assim, o desemprego e uma inflação de preços, localizados exatamente entre os novos consumidores.

Esse desafio não será fácil. Certamente será mais difícil do que o desafio da dívida externa, da inflação e outros que uma grande parte dos economistas acostumou a população brasileira a ver como os seus únicos problemas. Os problemas da dívida e da inflação contam com o apoio de parte da elite dos consumidores. A distribuição da renda não contará. Quando as massas passarem a disputar acesso a produtos como alimentos e vestuário, ou brinquedos infantis, quando a indústria tiver de reorientar sua atual capacidade instalada e seus investimentos para novos produtos destinados às grandes massas, quando elas penetrarem em espaços reservados, como os consultórios médicos e hospitalares, as praias, os cinemas, os teatros, as escolas, junto com os filhos

dos ricos, ferindo um privilégio de cinco séculos, uma verdadeira rebelião das elites, talvez silenciosa, certamente encabulada, mas poderosa, começará a boicotar os procedimentos distributivos. Essa reação será ainda maior nas camadas dos quase-ricos. Os verdadeiros ricos não serão afetados no consumo, porque terão renda suficiente para importações contrabandeadas, para acesso a um mercado negro. Mas as camadas médias, viciadas e ansiosas por ampliar o consumo, não aceitarão reduzi-lo. Depois de décadas de identificação entre progresso e consumo, e de décadas de ascensão de uma parcela da população aos benefícios desse consumo, qualquer política distributiva enfrentará grandes resistências.

Mas, o futuro da modernização não deve estar apenas na solução dos problemas sociais imediatos. A estratégia de modernização não pode, por isso, limitar-se ao enfrentamento desses problemas.

O futuro deve ser capaz de incorporar, sem medo, o uso das mais refinadas técnicas; a incorporação da nação no conjunto da comunidade internacional; um nível de consumo que, sem racionamentos e sem medo do mercado, vá muito além do atendimento das necessidades básicas; a construção de um mundo livre não apenas da luta pela sobrevivência, mas até mesmo do trabalho; onde a liberdade seja realizada, inclusive ao nível da iniciativa privada a serviço dos interesses globais, com a constante ampliação do patrimônio cultural da humanidade. As estratégias modernizadoras devem levar em conta esse horizonte mais distante, desde que sua realização não negue hoje o que se deseja para amanhã.

Foi com este sentimento que este trabalho de pesquisa foi escrito. Com a convicção de que ainda é possível reorientar o quadro perverso da distribuição de renda no Brasil e das condições sócio-econômicas que seu povo é forçado a vivenciar como consequência desta realidade, desejando que esta pesquisa possa auxiliar de alguma forma, a modificar o ponto de vista da sociedade sobre este problema e o posicionamento da população diante dos fatos apresentados.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. *Quem concentra a renda? Veja*, São Paulo, v. 33, n. 14, abr. 2000.

BUARQUE, Cristovam. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

CAMARGO, J. M. ; GIAMBIAGI, Fábio. *Distribuição de renda no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HUNT, E. K. ; SHERMAN, HOWARD J. *História do pensamento econômico*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

KANDIR, Antônio. *O caminho do desenvolvimento: do Brasil hiper inflacionário ao Brasil competitivo*. São Paulo: Atlas, 1998.

MERCADANTE, Aloísio. *O Brasil pós-Real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp, 1997.

RIMA, I. H. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1987.

SALAMA, PIERRE. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SINGER, Paul. *Aprender economia*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Democracia realizada: a alternativa progressista*. São Paulo: Boitempo, 1999.